LAR DE SANT'ANA MATOSINHOS

Prestação de Contas

2014

Avenida de D. Afonso Henriques, 443 – 4450-014 MATOSINHOS – Tel. 22 938 12 19 – NIPC 500 867 631

FUNDAÇÃO – IPSS – INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA
ISENÇÃO DE IRC - D.R. III Série n.º 83 de 09/04/1990

Lar de Sant'Ana Matosinhos

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2.807.469,86	2.806.433,60
Propriedades de investimento	7	82.540,96	84.526,61
Activos intangíveis	6	108.108,00	110.682,00
Investimentos financeiros	12.1	742,49	3,30
		2.998.861,31	3.001.645,51
Activo corrente			
Inventários	8	1.558,70	2.761,45
Clientes e utentes		5.175,29	6.466,54
Estado e outros entes públicos	12.2	2.874,49	1.147,23
Outras contas a receber	12.3	230.894,19	318.659,38
Diferimentos		2.629,00	2.474,96
Caixa e depósitos bancários	12.4	356.329,15	315.423,31
		599.460,82	646.932,87
Total do activo		**3.598.322,13**	**3.648.578,38**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1.172,18	1.172,18
Resultados transitados		1.126.734,03	1.135.319,39
Outras variações nos fundos patrimoniais	10.2, 10.3	2.292.636,18	2.349.312,82
		3.420.542,39	3.485.804,39
Resultado líquido do período		1.316,68	-8.585,36
Total do fundo patrimonial		**3.421.859,07**	**3.477.219,03**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		11.826,46	15.683,61
Estado e outros entes públicos		13.289,87	12.861,92
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		1.272,40	1.447,70
Outras contas a pagar	12.5	150.074,33	141.366,12
		176.463,06	171.359,35
Total do passivo		**176.463,06**	**171.359,35**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**3.598.322,13**	**3.648.578,38**

O Técnico Oficial de Contas

TOC n.º 18.251

A Direcção

Lar de Santi'Ana Matosinhos

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2.807.469,86	2.806.434,60
Propriedades de investimento	7	82.540,96	84.526,01
Activos intangíveis	6	108.108,00	110.082,00
Investimentos financeiros	12.1	742,49	3,30
		2.998.861,31	3.001.045,91
Activo corrente			
Inventários	8	1.358,70	2.701,45
Clientes e utentes		5.175,29	6.466,54
Estado e outros entes públicos	12.2	2.574,49	1.147,22
Outras contas a receber	12.3	230.894,19	318.059,38
Diferimentos		2.029,00	2.474,96
Caixa e depósitos bancários	12.4	356.329,15	315.423,31
		598.460,82	646.273,87
Total do activo		**3.598.372,13**	**3.646.578,38**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1.172,18	1.172,18
Resultados transitados		1.126.734,03	1.135.319,39
Outras variações nos fundos patrimoniais	10.2, 10.3	2.292.036,18	2.349.312,82
		3.420.542,39	3.485.804,39
Resultado líquido do período		1.316,68	-8.385,36
Total do fundo patrimonial		**3.421.859,07**	**3.477.219,03**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		11.826,46	15.083,61
Estado e outros entes públicos		13.289,87	12.861,92
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		1.272,40	1.447,70
Outras contas a pagar	12.5	150.074,33	141.366,12
		176.463,06	171.359,35
Total do passivo		**176.463,06**	**171.359,35**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**3.598.372,13**	**3.648.578,38**

O Técnico Oficial de Contas

A Direção

TOC nº 18.251

Lar de Sant'Ana Matosinhos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	9	576.334,55	502.502,83
Subsídios, doações e legados à exploração	10.1, 14.5	440.593,41	437.319,10
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	-196.527,93	-176.253,20
Fornecimentos e serviços externos	14.8	-240.150,97	-224.611,87
Gastos com o pessoal	13.1	-568.339,57	-559.239,34
Imparidade de dívidas a receber		-6.775,86	0,00
Outros rendimentos e ganhos	7, 14.6	99.689,49	107.376,98
Outros gastos e perdas	14.7	-4.671,59	-2.662,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**100.151,53**	**84.432,48**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	-104.271,39	-100.783,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-4.119,86**	**-16.351,28**
Juros e rendimentos similares obtidos	9	5.436,54	7.765,92
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		**1.316,68**	**-8.585,36**
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
Resultado líquido do período		**1.316,68**	**-8.585,36**

O Técnico Oficial de Contas

TOC n.º 18.251

A Direcção

Lar de Santa Ana Matosinhos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2014	2013
Vendas e serviços prestados	9	576.334,55	502.502,85
Subsídios, doações e legados a exploração	10.1, 14.5	440.592,41	427.319,10
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	-196.527,95	-176.253,20
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-240.150,97	-224.611,87
Gastos com o pessoal	13.1	-568.339,37	-559.239,34
Imparidade de dívidas a receber		-6.775,86	0,00
Outros rendimentos e ganhos	7, 14.6	99.680,49	107.376,98
Outros gastos e perdas	14.7	-4.671,59	-2.662,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**100.151,51**	**84.432,16**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	-104.271,39	-100.784,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-4.119,86**	**-16.351,24**
Juros e rendimentos similares obtidos	9	5.436,54	7.765,92
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		**1.316,68**	**-8.585,36**
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
Resultado líquido do período		**1.316,68**	**-8.585,36**

O Técnico Oficial de Contas

TOC nº 18.351

A Direcção

Tamara Justina Tavares

Isabel Maria [illegible]

[illegible]

Lar de Sant'Ana Matosinhos

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2014 *Unidade Monetária: Euro*

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		523.030,33	489.595,51
Pagamentos de subsídios	14.4	402.882,73	392.341,04
Pagamentos de apoios		8.975,18	8.773,97
Pagamentos a fornecedores		-435.100,58	-359.575,49
Pagamentos ao pessoal		-387.418,31	-375.935,34
Caixa gerada pelas operações		112.369,35	155.199,69
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-51.753,40	19.498,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**60.615,95**	**174.698,17**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-104.227,51	-629.202,81
Investimentos financeiros		-755,99	
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		16,80	
Subsídios ao investimento		85.256,59	77.427,95
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-19.710,11**	**-551.774,86**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**0,00**	**0,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**40.905,84**	**-377.076,69**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**315.423,31**	**692.500,00**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.4	**356.329,15**	**315.423,31**

O Técnico Oficial de Contas

TOC n.º 18.251

A Direcção

Lar de Santa Ana Maranhinhos

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2014	PERÍODOS 2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		523.030,33	489.595,51
Pagamentos de subsídios	14.4	402.882,73	392.341,04
Pagamentos de apoios		8.975,18	5.773,97
Pagamentos a fornecedores		-435.100,58	-339.575,46
Pagamentos ao pessoal		-387.418,31	-377.015,74
Caixa gerada pelas operações		112.369,35	153.199,69
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-51.753,40	19.498,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		60.615,95	174.698,17
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos imateriais		-104.227,51	-629.203,51
Investimentos financeiros		-755,99	
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		16,80	
Subsídios ao investimento		85.256,59	77.427,95
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-19.710,11	-551.775,56
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		40.905,84	-377.076,39
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		315.423,31	692.500,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.4	356.329,15	315.423,31

O Técnico Oficial de Contas

TOC nº 18.251

A Direcção

1. Identificação da entidade:

O Lar de Sant'Ana Matosinhos, doravante abreviadamente designada por Lar ou Instituição, NIPC 500.867.631, constituído em 23 de Abril de 1932, com sede na Rua D. Afonso Henriques, número 443, freguesia e concelho de Matosinhos, é uma fundação particular de solidariedade social, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, e tem como objectivo receber e alojar os pobres de ambos os sexos, naturais do concelho de Matosinhos, ou que nele tenham exercício a sua actividade quando válidos, durante pelo menos 5 anos, e que não tenham domicilio certo nem família que lhes sirva de amparo e estejam impossibilitados de adquirir pelo seu trabalho meios de subsistência.

O Lar encontra-se registado pela inscrição n.º 113/85, a fls. 13 verso, do livro das Fundações de Solidariedade Social efectuada em 24/07/1985.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual se integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRF-ESNL;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

- Continuidade

  As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

- Regime de periodização económica (acréscimo)

  Os itens reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

  Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respectivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

  As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de "Outras contas a receber", em "Devedores por acréscimos de rendimento". Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de "Outras contas a pagar", em "Credores por acréscimos de gastos".

  As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de "Diferimentos", em "Rendimentos a reconhecer" ou "Gastos a reconhecer", respectivamente.

- Consistência de apresentação

  Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo que a comparabilidade não seja prejudicada.

- Materialidade e agregação

  Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

  Quanto á agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

- Compensação

  Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

  Não se consideram compensações (i) a mensuração de activos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência, nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de activos não correntes da quantia escriturada do activo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

- Comparabilidade

  Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2013.

2.4 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL:

A Entidade adoptou pela primeira vez a NCRF-ESNL na preparação do balanço de abertura reportado a 1 de Janeiro de 2012, data da transição para a NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se por regra registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Excepto, quanto aos bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1990, data do balanço de abertura de acordo com PCIPSS, caso em que se encontram registados pelo custo considerado e, quanto aos edifícios objecto de doação, caso em que foram considerados pelo valor patrimonial tributável.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens (em anos):

Edifícios e outras construções:	50
Equipamento básico:	6
Equipamento de transporte:	5
Equipamento administrativo:	5 a 6
Outros activos fixos tangíveis:	4 e 5

Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e a valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da actividade corrente.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos tangíveis e intangíveis.

Inventários

Os inventários de mercadorias são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda. As saídas de armazém (vendas) são valorizadas ao custo médio ponderado.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens, prestação de serviços e juros, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido como segue:

- O rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador.

- O rédito das prestações de serviços é reconhecido no momento da sua realização.

- O rédito dos juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Subsídios do Governo e outros apoios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe a certeza de que sejam recebidos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios a fundo perdido para financiamento de activos tangíveis e intangíveis bem como as doações associadas a activos fixos tangíveis são registados no fundo patrimonial quando atribuídos e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respectivas dos activos subsidiados, por contrapartida da rubrica de fundo patrimonial.

Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é o método do imposto a pagar.

Instrumentos financeiros

Os activos e passivos, nomeadamente, os saldos de clientes, as contas a receber e a pagar e os investimentos financeiros estão registados pelo método do custo.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2014 não ocorreram alterações de políticas ou estimativas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período de 2013, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores.

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 Quantias escrituradas e movimentos do período

	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. transporte	Equipam. administrativo	Outros AFT	Total
1 de Janeiro de 2013:						
Valor de aquisição	3.954.446,09	330.328,33	44.287,72	26.209,59	36.538,80	4.391.810,53
Depreciação acumulada	1.872.103,88	242.014,59	38.154,51	19.634,49	26.956,07	2.198.863,54
Valor líquido	**2.082.342,21**	**88.313,74**	**6.133,21**	**6.575,10**	**9.582,73**	**2.192.946,99**
31 de Dezembro de 2013:						
Valor líquido em 1/01/2013	2.082.342,21	88.313,74	6.133,21	6.575,10	9.582,73	2.192.946,99
Aquisições	665.467,72	35.358,18		8.264,72	1.359,28	710.449,90
Alienações				1.350,00		1.350,00
Abates		29.286,23		5.751,19	4.955,40	39.992,82
Depreciação do período	56.746,10	27.116,98	6.133,21	3.420,88	2.806,94	96.224,11
Reversão de depreciações		28.547,05		7.101,19	4.955,40	40.603,64
Valor líquido em 31/12/2013	**2.691.063,83**	**95.815,76**	**0,00**	**11.418,94**	**8.135,07**	**2.806.433,60**
31 de Dezembro de 2013:						
Valor de aquisição	4.619.913,81	336.400,28	44.287,72	27.373,12	32.942,68	5.060.917,61
Depreciação acumulada	1.928.849,98	240.584,52	44.287,72	15.954,18	24.807,61	2.254.484,01
Valor líquido	**2.691.063,83**	**95.815,76**	**0,00**	**11.418,94**	**8.135,07**	**2.806.433,60**
31 de Dezembro de 2014:						
Valor líquido em 1/01/2014	2.691.063,83	95.815,76	0,00	11.418,94	8.135,07	2.806.433,60
Aquisições	16.746,80	11.405,57	67.569,41	924,59	4.282,89	100.929,26
Alienações						
Abates		632,72		328,89		961,61
Depreciações do período	60.988,37	26.702,94	5.884,63	3.278,03	2.857,77	99.711,74
Reversão de depreciações		481,36		298,99		780,35
Valor líquido em 31/12/2014	**2.646.822,26**	**80.367,03**	**61.684,78**	**9.035,60**	**9.560,19**	**2.807.469,86**
31 de Dezembro de 2014:						
Valor de aquisição	4.636.660,61	347.173,13	111.857,13	27.968,82	37.225,57	5.160.885,26
Depreciação acumulada	1.989.838,35	266.806,10	50.172,35	18.933,22	27.665,38	2.353.415,40
Valor líquido	**2.646.822,26**	**80.367,03**	**61.684,78**	**9.035,60**	**9.560,19**	**2.807.469,86**

5.2 Investimentos em curso:

Descritivo	Saldo no início 2013	Aquisições no período	Transf. no período	Saldo final
Remodelação Lar – 3ª Fase	227.337,42	95.644,05	322.981,47	0,00
Remodelação Lar II		342.486,25	342.486,25	0,00
	227.337,42	**438.130,30**	**665.467,72**	**0,00**

6. Activos intangíveis

Quantias escrituradas e movimentos do período	Direitos de superfície
1 de Janeiro de 2013:	
Valor de aquisição	128.700,00
Amortização acumulada	15.444,00
Valor líquido	**113.256,00**
31 de Dezembro de 2013:	
Valor líquido em 1/01/2013	113.256,00
Aquisições	
Alienações	
Abates	
Amortização do período	2.574,00
Reversão de amortizações	
Valor líquido em 31/12/2013	**110.682,00**
31 de Dezembro de 2013:	
Valor de aquisição	128.700,00
Amortização acumulada	18.018,00
Valor líquido	**110.682,00**
31 de Dezembro de 2014:	
Valor líquido em 1/01/2014	110.682,00
Aquisições	
Alienações	
Abates	
Amortização do período	2.574,00
Reversão de amortizações	
Valor líquido em 31/12/2014	**108.108,00**
31 de Dezembro de 2014:	
Valor de aquisição	128.700,00
Amortização acumulada	20.592,00
Valor líquido	**108.108,00**

- Em 8 de Agosto de 2007 foi cedido pela Câmara Municipal de Matosinhos o direito de superfície de 990 m2 de terreno para ampliação do Lar, pelo período de 50 anos, ao qual foi atribuído o valor de € 128.700,00.

7. Propriedades de investimento:

Foi aplicado o modelo do custo:

- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas: 50 anos - taxa de 2%.

Quantia escriturada e movimentos:	2014	2013
Quantia bruta escriturada inicial:		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	99.282,07	99.282,07
Total	**99.282,07**	**99.282,07**

Depreciações acumuladas iniciais	14.755,46	12.769,81
Perdas por imparidade acumuladas iniciais		
Quantia líquida escriturada inicial	**84.526,61**	**86.512,26**
Adições		
Transferência de inventários		
Depreciações reconhecidas no período	1.985,65	1.985,65
Outros movimentos		
Saldo no final do período	**82.540,96**	**84.526,61**

Rendimentos e gastos	2014	2013
Rendas e outros rendimentos	**19.492,49**	**14.161,67**
Gastos operacionais directos:		
- Depreciações	1.985,65	1.985,65
- Condomínio		
- Imposto municipal sobre imóveis	547,34	520,64
Rendimento líquido	**16.959,50**	**11.655,38**

8. Inventários:

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos – 2014	Mercadorias	Mat. primas, subsid. e de consumo	Total
1. Inventários iniciais	868,50	1.892,95	2.761,45
2. Compras	27.671,68	134.153,85	161.825,53
3. Reclassificação e regularização de inventários	14,00	33.485,65	33.499,65
4. Inventários finais	115,82	1.442,88	1.558,70
5. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	**28.438,36**	**168.089,57**	**196.527,93**

Movimentos – 2013	Mercadorias	Mat. primas, subsid. e de consumo	Total
1. Inventários iniciais	1.252,72	4.244,75	5.497,47
2. Compras	20.809,79	114.483,39	135.293,18
3. Reclassificação e regularização de inventários	2,00	38.222,00	38.224,00
4. Inventários finais	868,50	1.892,95	2.761,45
5. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	**21.196,01**	**155.057,19**	**176.253,20**

9. Rédito:

Tipo de rédito	2014	2013
Vendas	26.417,17	22.658,76
Prestação de serviços – Quotas dos utilizadores:	532.233,44	469.010,77
Prestação de serviços – Promoção p/ captação de recursos	15.723,93	9.198,30
Serviços secundários	1.960,00	1.635,00
Sub-total	576.334,54	502.502,83
Juros	5.436,54	7.765,92
Total do rédito	**581.771,08**	**510.268,75**

10. Subsídios do Governo e outros apoios:

10.1 Subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos:

Entidade/Programa	2014	2013
ISS – CDSS- Acordos de Cooperação		
Lar I	237.401,15	224.297,92
Lar II	86.052,00	89.725,95
Apoio Domiciliário	35.104,32	34.758,24
Refeitório Social	38.700,00	38.316,00
Subtotal	397.257,47	387.098,11
IEFP – Medida Estimulo Emprego		1.764,00
	397.257,47	**388.862,11**

Acordos de Cooperação - n.º utentes:

Entidade/Programa	2014	2013
ISS – CDSS- Acordos de Cooperação		
Lar I	51	51
Lar II	20	20
Apoio Domiciliário	20	20
Refeitório Social	25	25

10.2 Subsídios ao investimento:

Investimentos realizados com recurso a subsídios:

Objecto	Ano de realização	Valor do investimento	Valor do subsídio	% subsídio/ investim	Entidade financiadora
Construção Lar II	2002	1.245.599,58	498.797,88	40%	C. M. Matosinhos
			328.316,36	26%	ISS - CDSS
			827.114,24	**66%**	
Terreno – Direito de superfície	2007		**128.700,00**		C. M. Matosinhos
Obras remodelação/ampliação	2012	1.122.663,82	825.913,79	74%	ISS – POPH
			418.462,98	37%	C. M. Matosinhos
			1.244.376,77	**111%**	
Equipamento básico diverso	2012	31.110,72	18.979,98	61%	ISS – POPH
			9.616,32	31%	C. M. Matosinhos
			28.596,30	**92%**	
Obras remodelação/ampliação	2013	322.981,47	230.968,40	72%	ISS – POPH
			117.089,80	36%	C. M. Matosinhos
			348.058,20	**108%**	
		2.722.355,59	**2.576.845,51**		

Movimentos no período de 2014:

Entidade/objecto	Dotação inicial	Transitado do período anterior	Acréscimos no período	Imputado ao rendimento do período	Período de imputação	A transitar ano seguinte
CMM - Construção Lar II	498.797,88	379.086,36		9.975,96	2002/2051	369.110,40
ISS-CDSS - Construção Lar II	328.316,36	249.520,41		6.566,33	2002/2051	242.954,08
CMM – Direito de superfície	128.700,00	110.682,00		2.574,00	2007/2056	108.108,00
ISS-POPH – Obras remodel. 2012	660.687,64	799.535,50		16.518,28	2012/2062	783.017,22
ISS-POPH – Equip. básico diverso	15.185,16	14.839,05		3.162,06	2012/2018	11.676,99
ISS-POPH – Obras remodel. 2013	184.816,93	227.161,14		4.619,36	2013/2063	222.541,78
C.M.M. - Obras remodelação 2012	418.416,81	405074,11		8.369,26	2012/2062	396.704,85
C.M.M. – Equip. básico diverso	9.616,32	7.430,08		1.602,11	2012/2018	5.827,97
C.M.M. - Obras remodelação 2013	117.136,17	115.185,77		2.340,48	2013/2063	112.845,29
	2.361.673,27	**2.308.514,42**		**55.727,84**		**2.252.786,58**

Movimentos no período de 2013:

Entidade/objecto	Dotação inicial	Transitado do período anterior	Acréscimos no período	Imputado ao rendimento do período	Período de imputação	A transitar ano seguinte
CMM - Construção Lar II	498.797,88	389.062,32		9.975,96	2002/2051	379.086,36
ISS-CDSS - Construção Lar II	328.316,36	256.086,74		6.566,33	2002/2051	249.520,41
CMM – Direito de superfície	128.700,00	113.256,00		2.574,00	2007/2056	110.682,00
ISS-POPH – Obras remodel. 2012	660.687,64	652.834,48	165.182,72	18.481,70	2012/2062	799.535,50
ISS-POPH – Equip. básico diverso	15.185,16	14.262,76	3.796,00	3.219,71	2012/2018	14.839,05
ISS-POPH – Obras remodel. 2013	184.816,93	184.816,93	46.193,68	3.849,47	2013/2063	227.161,14
C.M.M. - Obras remodelação 2012	418.416,81	413.443,37		8.369,26	2012/2062	405.074,11
C.M.M. – Equip. básico diverso	9.616,32	9.032,19		1.602,11	2012/2018	7.430,08
C.M.M. - Obras remodelação 2013	117.136,17	117.136,17		1.950,40	2013/2063	115.185,77
	2.361.673,27	**2.149.930,96**	**215.172,40**	**56.588,94**		**2.308.514,42**

10.3 Doações associadas com activos fixos tangíveis:

Movimentos no período de 2014:

Objecto	Ano da atribuição	Dotação inicial	Transitado do período anterior	Rendimento imputado no período	Período de imputação	A transitar p/ período seguinte
Imóvel – Rua D. Nuno Álvares Pereira	2007	47.440,40	40798,4	948,80	2007/2056	39.849,60

Movimentos no período de 2013:

Objecto	Ano da atribuição	Dotação inicial	Transitado do período anterior	Rendimento imputado no período	Período de imputação	A transitar p/ período seguinte
Imóvel – Rua D. Nuno Álvares Pereira	2007	47.440,40	41.747,20	948,80	2007/2056	40.798,40

11. Impostos sobre o rendimento:

O Lar na sua qualidade de instituição particular de solidariedade social e do reconhecimento de utilidade pública, encontra-se isento de IRC nos termos da alínea b) do artigo 10.º do Código do IRC.

A isenção não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública;

- Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

12. Instrumentos financeiros:

12.1 Investimentos financeiros:

Saldos no final do período	2014	2013
Fundo de Compensação do Trabalho – Lei n.º 70/2013	268,37	3,30
Fundo de Reestruturação do Sector Social	474,12	
	742,49	**3,30**

12.2 Estado e outros entes públicos:

Refere-se aos pedidos de restituição do IVA nos termos do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro.

12.3 Outras contas a receber:

Saldos no final do período	2014	2013
POPH – Subsídios ao investimento	218.829,67	304.086,26
C. M. Matosinhos – Subsídios ao investimento	0,19	0,19
Juros a receber	1.643,84	
Rendas a receber	7.159,89	7.688,76
Utentes – c/ alheia	1.480,07	3.287,65
Outros a receber	1.780,53	3.596,52
	230.894,19	**318.659,38**

12.4 Caixa e depósitos bancários:

Saldos no final do período	2014	2013
Caixa	2.761,08	2.500,00
Depósitos à ordem	3.568,07	12.923,31
Depósitos a prazo	350.000,00	300.000,00
	356.329,15	**315.423,31**

12.5 Outras contas a pagar:

Saldos no final do período	2014	2013
Remunerações a liquidar de férias e subsídios de férias	71.896,94	70.475,68
Outros a liquidar	9.528,42	7.786,05
Utentes – c/ alheia	68.235,32	63.103,35
Outros devedores e credores	413,65	1,04
	150.074,33	**141.366,12**

13. Benefícios dos empregados:

13.1 Gastos com o pessoal:

Gastos do período	2014	2013
Remunerações	463.985,78	458.370,70
Indemnizações	446,09	1.735,15
Encargos sobre remunerações	95.653,82	91.020,15
Seguros de acidentes no trabalho	2.599,34	1.740,60
Medicina/Higiene no trabalho	3.157,00	2.396,25
Outros gastos com o pessoal	2.540,82	3.976,49
	568.382,85	**559.239,34**

13.2 Número médio de empregados:

	2014	2013
Número de empregados no início do período	52	48
Número de empregados no final do período	55	52
Número médio de empregados no período	**53**	**50**

14. Outras informações:

14.1 Número médio de voluntários:

	2014	2013
Órgãos sociais	3	3
Outros	30	30
	33	**33**

14.2 Número de beneficiários:

	2014	2013
Lar I	69	59
Lar II	15	20
Apoio Domiciliário	27	21
Refeitório Social	63	51

14.3 Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro:

O Lar dispõe de 7 membros nos seus órgãos sociais, sendo 4 da Direcção e 3 do Conselho Fiscal. Os membros do Conselho Fiscal foram nomeados pela Diocese do Porto em 23 de Abril de 2013, para o triénio 2013/2015, sendo os restantes membros nomeados pelo Presidente da Direcção, na qualidade de Pároco de Matosinhos, na reunião da Direcção de 22 de Março de 2013.

14.4 Subsídios à exploração recebidos no período:

Entidade/Programa	2014	2013
ISS – CDSS - Acordos de Cooperação		
Lar I	243.026,41	226.731,06
Lar II	86.052,00	90.539,79
Apoio Domiciliário	35.104,32	34.758,24
Refeitório Social	38.700,00	38.316,00
Sub-total	402.882,73	390.345,09
IEFP – Contratos Emprego Inserção	0,00	231,95
IEFP – Medida Estimulo	0,00	1.764,00
	402.882,73	**392.341,04**

14.5 Doações e legados à exploração:

Natureza	2014	2013
Donativos em dinheiro	7.765,63	7.734,03
Donativos em espécie	34.185,65	39.683,02
Consignação IRS	1.384,66	1.039,94
	43.335,94	**48.456,99**

14.6 Outros rendimentos e ganhos:

Rendimentos e ganhos no período	2014	2013
Rendimentos suplementares	10.390,82	12.667,23
Descontos de pronto pagamentos obtidos	1.326,10	1.385,78
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros:		
Sinistros	1.983,66	738,00
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	19.492,49	14.161,67
Outros		34,72
Correcções relativas a períodos anteriores	6.578,84	6.309,93
Imputação de subsídios para investimentos:		
De subsídios para investimento	53.153,84	54.014,94
De direitos de superfície	2.574,00	2.574,00
De doações de activos fixos tangíveis	948,80	948,80
Outros	3.240,94	14.541,91
	99.689,49	**107.376,98**

14.7 Outros gastos e perdas:

Gastos e perdas no período	2014	2013
Impostos	1.178,27	1.657,95
Dívidas incobráveis	814,71	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros – abates	181,26	148,44
Correcções relativas a períodos anteriores	1.500,50	150,00
Donativos	200,00	
Quotizações	450,00	400,00
Outros	346,85	305,63
	4.671,59	**2.662,02**

14.8 Fornecimentos e serviços externos:

Gastos no período	2014	2013
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	13.552,77	19.024,16
Publicidade e propaganda	477,92	554,12
Vigilância e segurança	830,37	1.202,22
Honorários	8.227,42	6.819,29
Conservação	26.114,99	25.749,24
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.301,92	9.149,02
Material de escritório	4.411,03	4.763,02
Artigos para ofertas	1.782,39	2.155,07
Artigos de limpeza	23.407,21	22.304,37
Material didáctico	959,16	477,96
Outros	10.842,65	8.516,15
Energia e fluídos:		
Electricidade	58.407,84	49.691,83
Combustíveis	6.825,30	5.611,02
Água	12.549,46	11.328,72
Gás	50.321,43	40.136,26
Deslocações, estadas e transportes	1.428,89	709,88
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	59,04	59,04
Comunicação	4.852,76	5.888,79
Seguros	4.929,46	4.310,67
Contencioso e notariado	10,20	38,50
Limpeza, higiene e conforto	1.458,74	2.230,40
Outros	3.400,02	3.892,14
	240.150,97	**224.611,87**

Matosinhos, 16 de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

TOC n.º 18.251

A Direcção